



A CULTURA E A
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A DEFICIÊNCIA
ENDEF (2011-2013)



TÍTULO

A Cultura e a Estratégia Nacional para a Deficiência

ENDEF 2011-2013

DIREÇÃO

Fernanda Soares Heitor

EDITOR

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Rua D. Francisco Manuel de Melo, nº 15

1070-085 Lisboa

PORTUGAL

Telefone: (+351) 21 384 84 00

Fax: (+351) 21 384 84 39

E-mail: geral@gepac.gov.pt

Website: www.gepac.gov.pt

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Direção de Serviços de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais



Índice

1. Nota prévia	4
2. Enquadramento da questão da deficiência na orgânica da Administração Pública central: breve historial	5
3. Objectivos gerais.....	8
4. A Estratégia Nacional para a Deficiência	9
5. O sector Cultura na ENDEF	11
6. Conclusão	18



1. NOTA PRÉVIA

Cerca de 15 por cento da população mundial enfrenta barreiras que a impede de participar plena e efectivamente na sociedade, em condições de igualdade com as outras pessoas, ou seja, vive com algum tipo de deficiência. Estes são os dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

A realização deste working paper, precisamente neste dia 3 de Dezembro, tem um significado acrescido: também o de lembrar que este é o dia em que se assinala o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, assim proclamado pela Assembleia-Geral da ONU em 1992.

Para chamar a atenção mundial para a situação das pessoas com deficiência, no sentido de criar uma visão estratégica e de planificar o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva o tema escolhido foi, este ano, "Quebrem Barreiras, Abram Portas: Por uma Sociedade Inclusiva para Todos".



2. ENQUADRAMENTO DA QUESTÃO DA DEFICIÊNCIA NA ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL: BREVE HISTORIAL

Foi no cumprimento do estatuído no n.º 1 do referido artigo da Constituição, que o decreto-lei n.º 346/77 criou o Secretariado Nacional de Reabilitação, extinto pelo decreto-lei n.º 35/96, de 2 de Maio, que criou em seu lugar o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (decreto-lei n.º 225/97, de 27 de Agosto, que define a sua composição e modo de funcionamento).

Assim, foi definido que o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, funcionava sob a tutela do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, como departamento responsável pelo planeamento, coordenação, desenvolvimento e execução do sistema de Reabilitação, visando prosseguir os objectivos do governo no âmbito de uma política nacional de adaptação e readaptação das pessoas deficientes, nos domínios da prevenção, reabilitação médica e profissional, educação e integração social.

No seguimento da linha programática traçada na Constituição, foi aprovada a Lei n.º 9/89, de 2 de Maio, na qual se encontram definidos os princípios a que deve obedecer o desenvolvimento global da política de reabilitação, bem como das políticas sectoriais, nomeadamente da Saúde, Educação, Transportes e Habitação. Consagra-se, assim, o

Estado como primeira entidade a quem incumbe a prevenção da deficiência e a garantia de observância dos princípios neles contidos, em colaboração com as famílias, as organizações não-governamentais e as próprias pessoas com deficiência.



No prosseguimento da política nacional de reabilitação, e tendo em especial atenção o handicap que possuem as pessoas com deficiência, foram criados ao longo dos anos, alguns benefícios que visam permitir uma séria integração dessas pessoas na Comunidade em que se encontram inseridas.

Posteriormente, a Lei nº9/89, de 2 de Maio, da Assembleia da República, aprovou as Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, revogando a Lei nº6/71, de 8 de Novembro.

Com o Decreto-Lei nº 184/92, de 22 de Agosto, o SNR é dotado de nova orgânica, passando a ser um organismo com apenas autonomia administrativa, sob tutela do Ministro do Emprego e da Segurança Social.

O SNR é extinto em 1992 dando lugar ao Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), cuja orgânica foi publicada pelo Decreto Regulamentar nº 56/97, de 31 de Dezembro.

Pelo Decreto-Lei nº 35/96, de 2 de Maio, foi criado o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD), enquanto órgão de consulta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social para a definição e execução da política de reabilitação e integração das pessoas com deficiência.

A Lei nº 38/2004, de 18 de Agosto, da Assembleia da República, vem depois definir as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência, revogando a Lei nº 9/89, de 2 de Maio, e dispondo, no artigo 17º, a necessidade de existência de uma entidade coordenadora.



Em 2006, através do Decreto-Lei nº 211/2006, de 27 de Outubro, o SNRIPD foi reestruturado dando lugar ao Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR).

Por outro lado, Portugal tinha ratificado em 2009 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Em 2012 e de acordo com a orgânica aprovada pelo Decreto-Lei nº 31/2012, de 9 de Fevereiro é criado um instituto público, o INR, I. P., integrado na administração indirecta do estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio, e sob superintendência do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

O INR, I. P., cujos estatutos estão publicados em anexo ao mesmo diploma, tem por missão assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência.



3. OBJECTIVOS GERAIS

No quadro da missão que lhe foi definida, os principais objectivos do INR, IP são:

- ➡ - Garantir a igualdade de oportunidades e não discriminação das pessoas com deficiência ou incapacidade numa abordagem de direitos humanos;
- ➡ - Concretizar a política nacional de prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência ou incapacidade;
- ➡ - Fiscalizar a aplicação da legislação relativa aos direitos das pessoas com deficiência ou incapacidade,
- ➡ - Dinamizar a cooperação com as associações que defendem os direitos e interesses das pessoas com deficiências ou incapacidade e suas famílias e com todos os membros da sociedade na promoção da participação activa das pessoas com deficiência em todos os domínios da sociedade.

4. A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A DEFICIÊNCIA

Por forma a cumprir os objectivos acima referidos, foi estabelecido em 2006 um primeiro plano de acção, o PAIPIDI - Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade – o qual define um conjunto de medidas de actuação dos vários departamentos governamentais, bem como metas a alcançar no período compreendido entre 2006/2009 com vista a criar uma sociedade que garanta a participação efectiva das pessoas com deficiência.

Tinha esse plano cinco objectivos estratégicos:

- ➔ A promoção dos direitos humanos e o exercício da cidadania.
- ➔ A integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais.
- ➔ A acessibilidade a serviços, equipamentos e produtos.
- ➔ A qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidades.
- ➔ A qualificação e formação dos profissionais que prestam serviços às pessoas com deficiências ou incapacidade.

Por forma a consolidar um investimento intersectorial, e a planear, de forma articulada e prospectiva, medidas que pudessem combater a discriminação e proporcionar melhores condições devida às pessoas com deficiências e incapacidades e às suas famílias, nos vários domínios da sua vida social, foi decidido estabelecer um conjunto de acções plurianuais a que organicamente se chamou ENDEF – Estratégia Nacional para a Deficiência.

Foi aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros nº97/2010 e publicada a 14 de Dezembro. Este documento aprova uma estratégia nacional para o período 2011-2013 e cria um



grupo interdepartamental com competência para acompanhar a execução e a adequação das 133 medidas nela previstas, respectivos indicadores/objectivos e entidades responsáveis.

A ENDEF apresenta, assim, um conjunto de medidas plurianuais, distribuídas por cinco eixos estratégicos:

- ➔ Eixo n.º 1 - Deficiência e Multidiscriminação;
- ➔ Eixo n.º 2 - Justiça e Exercício de Direitos;
- ➔ Eixo n.º 3 - Autonomia e Qualidade de vida;
- ➔ Eixo n.º 4 - Acessibilidades e Design para todos;
- ➔ Eixo n.º 5 - Modernização Administrativa e Sistemas de Informação.

5. O SECTOR CULTURA NA ENDEF

A ENDEF propõe-se dar continuidade aos planos e medidas que já se encontravam em execução em Portugal e na UE, bem como de outros necessários ao exercício dos direitos das pessoas com deficiência, a saber:

- ➔ Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade - PAIPDI 2006/09;
- ➔ Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade, PNPA 2007-2010;
- ➔ Grandes Opções do Plano para 2010-2013;
- ➔ Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada em Julho de 2009 pelo Estado Português;
- ➔ Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020, aprovada em 15/11/2010, sob o lema “Por uma Europa livre de barreiras”.

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aos Estados Partes é exigido, pelo art.º 33º, a implementação e monitorização da Convenção, competência atribuída ao Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (art. 3.º do Decreto-Lei nº 31/2012, de 9 de Fevereiro).

A Estratégia Europeia para a Deficiência, por seu turno, identifica acções a nível da UE, para complementar as medidas nacionais, e determina mecanismos para implementação da Convenção, em 8 grandes áreas de acção: a Acessibilidade, a Participação, a Igualdade, o Emprego, a Educação e Formação, a Protecção Social, a Saúde e a Acção Externa.

Neste contexto, a ENDEF constitui-se, assim, como estratégia nacional e europeia, suportada em planos de protecção social, de inclusão e de promoção de emprego, e como promotora de coordenação, de parcerias e de suporte à partilha de boas práticas.

A sua implementação é garantida pelas entidades identificadas na RCM como responsáveis pelas 133 Medidas, quer em execução exclusiva, quer partilhada, que nomearam os seus representantes para constituir o denominado Grupo Interdepartamental, cabendo ao INR, I.P. a coordenação deste Grupo e a monitorização da implementação da ENDEF.

A SEC - Secretaria de Estado da Cultura – é uma das Entidades responsáveis pela implementação de Medidas da ENDEF como interlocutor no Grupo Interdepartamental.

No quadro das 133 medidas estão especificamente definidas as responsabilidades atribuídas a cada organismo.

A Secretaria de Estado da Cultura (ao tempo Ministério da Cultura) é responsável pela seguinte acção:

Eixo n.º 1, «Deficiência e multidiscriminação»**Medida n.º 5**

“Promover acção de sensibilização para técnicos e dirigentes do MC sobre acessibilidade e deficiências e incapacidades.”

Na sequência da reestruturação efetuada na área da Cultura, resultou a criação da estrutura orgânica do GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, sucedendo este nas atribuições do GPEARL que, como entidade responsável pela medida nro. 5, tem vindo a promover a respectiva monitorização.

Uma vez obtidos os resultados da mesma, verificou-se que foram desenvolvidas outras iniciativas enquadradas em diferentes eixos, designadamente nos eixos n.º 3 - “Autonomia e Qualidade de Vida”; 4 - “Acessibilidades e Design para Todos” e 5 - “Modernização Administrativa e Sistemas de Informação”, as quais, segundo o Relatório da Monitorização da Implementação da Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 para o ano de 2012, poderão eventualmente vir a ser consideradas no âmbito da ENDEF II.

São iniciativas relevantes para a concretização de algumas das 133 medidas previstas e que têm um impacto significativo no meio em que foram desenvolvidas.

Por essa razão as apresentamos de seguida, ressaltando que se referem a ações relativas ao período 2011- 2012:

EIXO N.º 1 - «DEFICIÊNCIA E MULTIDISCRIMINAÇÃO (2011 – 2012)»

Medida:	Entidades	Ações desenvolvidas:
Promover ações de sensibilização sobre acessibilidade e deficiências e incapacidades	DRC Algarve	Ano 2012 -Realização de ações de formação de acolhimento e comunicação dirigidas a utentes com deficiência visual, integradas no Plano de Formação da Rede de Museus do Algarve, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none">➤ Duas ações de três horas cada: «Os museus perante o utente com deficiência visual», em Faro e em Silves, respetivamente, nos dias 10 e 17 de abril;➤ Uma ação de seis horas: «Interpretação sensorial e sensibilidade nos museus», em Loulé, no dia 24 de abril.



Medida:	Entidades	Ações desenvolvidas:
		<p>- Realização do I Encontro Transfronteiriço de Profissionais de Museus, nos dias 19 e 20 de outubro, em Alcoutim, subordinado ao tema “Museus e Acessibilidades”, uma organização da Associação Transfronteiriça Alcoutim Sanlúcar – ATAS, em colaboração com a Associação Portuguesa de Museus (APOM) e Associação de Museólogos e Museógrafos da Andaluzia (AMMA), que contou com o apoio e a participação da DRCAlg.. Um dos pontos desenvolvidos no Encontro centrou-se na acessibilidade física – inclusão de públicos com necessidades especiais</p>
Promover ações de sensibilização sobre acessibilidade e deficiências e incapacidades - Formação	Direção-Geral do Património Cultural	<p>Realização de ações de formação sobre:</p> <p>Ano 2011</p> <ol style="list-style-type: none">1. - <i>Comunicação acessível em Museus</i>: em Maio e Junho no Museu de Évora.2. - <i>Escrita Simples</i>: em Abril, no Museu Nacional do Azulejo (MNAz), que acolheu o projeto-piloto do IMC.3. - <i>Como lidar com pessoas com deficiência</i>: em Abril, no MNAz.4. - <i>Planos de acessibilidade</i>: em Junho, no auditório da Câmara Municipal de Portel.5. - <i>Introdução à acessibilidade em museus</i>: em Julho, nos Museus da Politécnica.6. - <i>Em torno da acessibilidade – objetivos, métodos e resultados</i>: em Julho, no MNAz. <p>Ano 2012:</p> <ol style="list-style-type: none">7. <i>Acessibilidade em museus – uma visão integrada</i>: em Março, na Culturgest. <p>Destinatários: Profissionais de museus e estudantes de museologia. Curso concebido em parceria com o Grupo para a Acessibilidade nos Museus (GAM).</p>
Promover ações de sensibilização sobre acessibilidade e deficiências e incapacidades – Qualificação	Direção-Geral do Património Cultural	<p>Ano 2011</p> <p>Foi criada a área de acessibilidade no Programa de Apoio Técnico a Museus preexistente. Apoio técnico prestado:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Palácio Nacional de Mafra: projeto da Galeria de Escultura Comparada, a tornar acessível a pessoas com deficiência visual.2. Palácio Nacional de Queluz: projeto para tornar acessíveis os Jardins.



Medida:	Entidades	Ações desenvolvidas:
Promover ações de sensibilização sobre acessibilidade e deficiências e incapacidades – Cooperação	Direção-Geral do Património Cultural	Ano 2011 Protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria (IPL, do qual depende o centro de investigação iACT , Inclusão e Acessibilidade em Ação. O protocolo prevê que os museus e palácios que solicitem apoio técnico no campo da acessibilidade possam também recorrer ao iACT.
Promoção do conhecimento sobre boas práticas no âmbito da temática	Direção-Geral do Património Cultural	Ano 2011 REDE PORTUGUESA DE MUSEUS, no DEPARTAMENTO DE MUSEUS do extinto INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO Foram publicadas notícias para divulgação de boas práticas: - Portal do IMC. - Boletim da Rede Portuguesa n.º 38, de Janeiro

Tabela 1- EIXO N.º 1 - «DEFICIÊNCIA E MULTIDISCRIMINAÇÃO (2011 – 2012)»

EIXO N.º 3 - «AUTONOMIA E QUALIDADE DE VIDA» (2011 – 2012)

Medida:	Entidades responsáveis	Ações desenvolvidas:
Permitir às pessoas com deficiência terem oportunidade de desenvolver e utilizar o seu potencial criativo, artístico e intelectual, para benefício próprio e enriquecimento da sociedade	Biblioteca Nacional de Portugal	Ano 2011 Realização do concurso e sessão pública de entrega do Prémio Branco Rodrigues (2008-2010) que teve lugar a 18 de outubro de 2011, com uma conferência sobre <i>José Cândido Branco Rodrigues e o Ensino de Cegos. Um programa de Educação Inclusiva na transição de Oitocentos em Portugal</i> , apresentada pela Drª Maria do Céu Alves. O Prémio tem como objetivo estimular, entre os deficientes visuais, o interesse pela atividade científica e literária, distinguindo o autor do melhor trabalho publicado em cada triénio.
Promover, em articulação com outras instituições, condições especiais de acesso a espetáculos e cinema a crianças com deficiências	Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema	Com a CERCITOP CAO – Casal da Mata (Instituição de jovens portadores de deficiência mental, situada no concelho de Sintra), foram organizadas: 1. Em Março uma sessão de cinema com a projecção do filme <i>Ice Age - A Idade do Gelo</i> que contou com a presença de 7 jovens e 2 adultos;



Medida:	Entidades responsáveis	Ações desenvolvidas:
		<p>2. - No dia 1 de Junho, Dia da Criança, outra sessão, que contou com a organização de um Espetáculo de Lanterna Mágica com o professor Mervyn Heard, em que estiveram presentes 14 jovens e 4 acompanhantes.</p> <p>3. - Em 27 de Março, com a IPSS BIPP – Banco de Informação de Pais para Pais (Instituição Particular de Solidariedade Social que visa a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade), organizámos duas sessões de cinema com a projeção de Os 101 Dálmatas em que participaram 41 jovens e 10 acompanhantes.</p>

Tabela 2 - EIXO N.º 3 - «AUTONOMIA E QUALIDADE DE VIDA» (2011 – 2012)

EIXO N.º 4 - «ACESSIBILIDADES E DESIGN PARA TODOS» (2011 – 2012)

Medida:	Entidades responsáveis	Ações desenvolvidas:
Acesso a material Cultural em formatos acessíveis	DRC Algarve	<p>No âmbito do Projeto de Requalificação do Promontório de Sagres, foi concebida uma maqueta tátil do Promontório e Fortaleza de Sagres, que teve o acompanhamento na conceção através da ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (Delegação do Algarve).</p> <p>A maqueta encontra-se acessível aos utentes no hall da entrada da loja do monumento desde 13.11.2011</p>
Acesso a locais destinados a atividades ou serviços culturais	DRC Norte	<p>Enquadrado na operação “O Norte Monumental em Rede. Conceção, implementação e gestão da rede de monumentos da Região Norte (NORTE-07-0927-FEDER000139)”, foi elaborado o diagnóstico das necessidades de equipamento em ordem a dotar os monumentos afetos das melhores condições de segurança e acolhimento de todos os públicos, incluindo os visitantes portadores de deficiência e incapacidades.</p>



Medida:	Entidades responsáveis	Ações desenvolvidas:
Promoção da acessibilidade ao Património Cultural	Direção-Geral do Património Cultural	<p>CONVENTO DE CRISTO - 2012</p> <p>- Colocação de novas rampas para pessoas com deficiência motora (1.ª fase).</p> <p>MOSTEIRO DE ALCobaça - 2011</p> <p>- Melhoria da acessibilidade no circuito de visita atual (incluiu construção de rampas para acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada em todo o circuito de visita do Mosteiro).</p> <p>MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS</p> <p>2011</p> <p>- Plano de acessibilidade e mobilidade para pessoas com mobilidade condicionada: 1ª fase implementada (pisos inferior). - <i>Ainda sem data prevista: 2ª fase a implementar (pisos superior).</i></p> <p>2012</p> <p>- Estudo prévio para o projeto de rampa permanente de acesso à Igreja pelo portal sul. - <i>Em análise pela direção do monumento</i></p> <p>MUSEU NACIONAL DOS COCHES (novo) - 2012</p> <p>- Conclusão da obra de construção do novo museu. Plena acessibilidade a todos os espaços da exposição permanente.</p> <p>MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA - 2012</p> <p>- Instalação de uma plataforma elevatória para acesso à sala de exposições permanentes.</p> <p>MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO - 2012</p> <p>- Conclusão da obra para remodelação e ampliação do museu. Plena acessibilidade a todos os espaços da exposição permanente.</p> <p>- Produção de várias maquetes tácteis que mostram a evolução da construção do edifício ao longo do tempo.</p>



Medida:	Entidades responsáveis	Ações desenvolvidas:
		PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA - 2011 - Instalação de rampas em todos os vãos de portas (26) do circuito de visita do monumento. TORRE DE BELÉM 2011 - Plano de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada. 2012 - Projeto de execução para substituição do passadiço, de modo a facilitar o acesso de pessoas com mobilidade condicionada.

Tabela 3 - EIXO N.º 4 - «ACESSIBILIDADES E DESIGN PARA TODOS» (2011 – 2012)

EIXO N.º 5 - «MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO» (2012)

Medida:	Entidades responsáveis	Ações desenvolvidas:
Acesso on line a material Cultural em formatos acessíveis	Biblioteca Nacional de Portugal	- Implementação de um sistema de autenticação para fornecimento <i>online</i> de livros eletrónicos e sonoros digitais em modo de auto-serviço

Tabela 4 - EIXO N.º 5 - «MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO» (2012)

Por razões que se relacionam com a monitorização integral da ENDEF a nível nacional o documento considerado no relatório anual do INR apenas pode ter em conta, como acima se referiu, as acções promovidas no âmbito do Eixo nro.1, medida nro.5.



6. CONCLUSÃO

É incontornável que a promoção dos direitos e da qualidade de vida das pessoas com deficiências e incapacidades, bem como das suas famílias tem uma relação determinante com a área da Cultura.

Mesmo sem aplicação de uma estratégia nacional, seja por parte dos organismos da administração pública ligados à área cultural, seja por parte das instituições culturais privadas, seja por parte dos criadores, verificou-se ao longo dos tempos uma especial atenção à questão da deficiência em si mesma, bem como aos problemas que a sociedade coloca a este sector tão fragilizado da sociedade portuguesa.

A ENDEF veio dar continuidade a um planeamento de políticas públicas já existentes, transversal a vários ministérios, que permite combater a discriminação e garantir uma participação activa nas várias esferas da vida social.

A sinergia que pode decorrer das parcerias a prever na próxima estratégia nacional para os anos subsequentes – para a qual já foram dados os respectivos contributos - e o conjunto de actividades muito relevantes que os organismos tutelados pelo Secretário de Estado da Cultura já demonstraram ter capacidade para realizar por si ou envolvendo organizações da sociedade civil (culturais ou não), fazem-nos acreditar que é possível esperar um grande dinamismo na concretização da proposta que vai ser aprovada em breve – a Estratégia Nacional para a Deficiência 2014-2020 (ENDEF II).